Notas sobre a identidade política de Luiz Inácio

Roberto Bitencourt da Silva

Não sou populista. Meu governo não se orienta pelo populismo – não fazemos promessas que não cumpriremos...
(Lula, em entrevista ao Fantástico, programa da Rede Globo de Televisão em 17/07/2005).

Nas eleições de 1994, Luiz Inácio Lula da Silva se lançou, pela segunda oportunidade, ao posto de candidato à presidência da República. O então proeminente líder das esquerdas saiu derrotado das urnas. Em 2004, já como mandatário da nação, seu governo apresentava, como ainda apresenta, um vultuoso débito com o povo brasileiro, em função das enormes expectativas de mudanças encarnadas em sua empolgante vitória eleitoral de 2002.

Muitas águas rolaram no Brasil, no intervalo dos anos de 1994 a 2004. No que diz respeito estritamente a Luiz Inácio e ao Partido dos Trabalhadores, uma surpreendente mutação pôde ser observada: bandeiras antes empunhadas com vigor foram jogadas para escanteio. Lula e o PT converteram-se após as eleições realizadas em 2002, respectivamente, numa liderança demagógica e em um partido conservador. Sem sombra de dúvida, as ações e a retórica do governo petista revelam que a nação foi vítima de um escandaloso estelionato eleitoral. Isso considerando fundamentalmente o intervalo de tempo assinalado, a verborragia vazia e apelativa do hoje presidente Lula e a conservadora orientação político-econômica adotada por seu governo – envolvido ainda com gravíssimas práticas de corrupção que dominam atualmente o noticiário, entre outras, o infame esquema do "mensalão".

Quanto ao país, entre 1994 e 2004, centros relevantes de decisão nacional foram transferidos para o exterior, por intermédio das agressivas políticas neoli-

berais adotadas pelos dois governos de Fernando Henrique Cardoso. Ademais, as políticas de ajuste fiscal e a posição subalterna do país na comunidade internacional, para a agonia cotidiana vivenciada por amplas camadas da população, foram ainda mais incrementadas pela dupla FHC e Lula.

Não obstante, um determinado tipo de discurso, que imperava em 1994, permanece atravessando folgadamente as páginas dos jornais da grande imprensa brasileira, sem mudanças de fundo: um discurso antinacional, orientado por uma matriz interpretativa liberal-conservadora. Este discurso contribuiu e tem contribuído sobremaneira para promover e legitimar o referido estado de coisas vivenciado pelo país, no curso dos anos em foco. Nesse sentido, concordando com Hall (2004: 50) no tocante a sua definição de discurso – "um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos" –, considero que estudar o discurso dos jornais da grande imprensa (com enfoque especial no apoio dado por esses jornais à desnacionalização do país, e em seu corolário, o desprezo pelas condições de vida e pelo destino do povo brasileiro) é também desnudar um pouco das práticas e *ethos* prevalecentes em nossa vida sociopolítica.

Assim, procuramos, inicialmente, identificar certos traços político-ideológicos que perpassam o discurso de um expressivo representante dos jornais da grande imprensa: a Folha de S.Paulo; jornal de maior circulação no Brasil e dos mais influentes na formação de sua opinião pública. Foi submetida à análise uma ampla gama de matérias do cotidiano, de editoriais e artigos das seções de opinião, publicados nos anos de 1994 e 2004. Os textos produzidos pela e para a Folha, aqui utilizados, guardam uma característica em comum, qual seja: todos operam com a noção de "populismo" para classificar determinados fenômenos políticos e econômicos. Por ser dotado de uma rara capacidade de mobilizar idéias e sentimentos acalorados, concebemos o "populismo" como uma chave preciosa para mapear o discurso produzido por esse jornal. Os modos de definição e uso da noção de "populismo" no discurso da Folha configuram, sem dúvida, um recorte limitado de estudo, porém com grande potencial para iluminar o referencial ideológico e político do jornal.

Seguindo essa linha de análise, isto é, tomando por referência textos que operam com o "populismo" como recurso estereotipante, proponho-me a identificar certos aspectos pertinentes à construção simbólica da *persona* de Luiz Inácio Lula da Silva, realizada pelo discurso da Folha. Isto tendo em vista apontar alguns traços relativos ao deslocamento de sua identidade política, do campo popular-democrático para o liberal-conservador[1]. Foram analisados

dois momentos específicos do referido ator político: 1. como candidato à presidência da República em 1994, e 2. como presidente, no segundo ano do seu mandato, em 2004.

A grande imprensa

A Folha de S.Paulo integra um gênero de jornal particular: a grande imprensa. Este tipo de jornal se auto-representa como comprometido com o bem comum e com a interpretação correta dos acontecimentos. Tendo em vista a ampliação de seus consumidores e anunciantes, um requisito é indispensável: a credibilidade social. Segundo Alves Filho (2000 e 2001), o "pluralismo político-ideológico das colunas de opinião" é o instrumento que possibilita a referida credibilidade, construindo uma imagem isenta, independente e democrática.

Evidentemente, como argumenta o próprio Alves Filho (2000 e 2001), o pluralismo das colunas não impede a ocorrência de um fenômeno peculiar: a linha ideológica que circula nos textos dos editoriais e do noticiário cotidiano, ordenando o processo de seleções e combinações – como imagens, estereótipos e palavras – nas interpretações dos fatos noticiados[2].

Analisando os textos da Folha, seus editoriais, noticiário cotidiano e os artigos de opinião, deparamo-nos com um dado de relevo: as seções e colunas de opinião, a despeito de não representarem formalmente a opinião do jornal, possuem grande relevância para a compreensão de muitos componentes simbólicos e valorativos presentes nos outros dois marcos normativos do jornal. Constituem-se, para o que nos interessa em particular, numa das fontes de inspiração da representação jornalística sobre a realidade política e econômica e sobre o signo "populismo". Por serem preenchidos, freqüentemente, por artigos produzidos por acadêmicos, é exatamente nesta seção que se abre a porta da articulação entre as produções e interpretações científicas e jornalísticas. Ou seja, independente da polêmica estabelecida entre distintas visões de mundo que marcam seções desse tipo, algumas destas visões ganham ressonância na linha ideológica/discursiva dos editoriais e do noticiário cotidiano. Levando isso em conta, pode-se sugerir que a apropriação jornalística de idéias presentes em algumas análises produzidas por acadêmicos tende a propiciar um respaldo científico – tão louvado no mundo contemporâneo – perante o público-leitor, para descrever a realidade social e utilizar a noção de "populismo" (entre outras noções e signos) nos editoriais e no noticiário.

Portanto, em que pese a capa plural-democrática que envolve as seções de

opinião, há grandes afinidades entre as mensagens presentes no editorial e nas matérias cotidianas em relação às perspectivas de alguns articulistas, eventuais ou fixos, como teremos oportunidade de observar.

O "populismo"

A noção de "populismo" é bastante candente no imaginário político latino-americano, notadamente o brasileiro. Tal fenômeno se deve, em boa parte, à histórica marginalização das classes populares e, por extensão, ao receio dos estratos dominantes com uma possível perda de alguns de seus privilégios; receio este que se tem manifestado, em inúmeras circunstâncias, em face de qualquer resposta substantiva oferecida por líderes, movimentos sociais, partidos ou governos aos anseios materiais e simbólicos das classes populares.

Quanto aos seus usos no discurso produzido pela mídia, verifica-se há tempos uma tendência significativa à homogeneização da noção de "populismo". Tal homogeneização se dá, resumidamente, em torno das idéias de atraso, irracionalidade, demagogia e irresponsabilidade, como reflete a epígrafe deste artigo, revelando, ironicamente, a assimilação destes significados pelo presidente Lula.

Portanto, transcendendo a capa de um mero e inocente termo utilizado para designar determinados fenômenos, a noção de "populismo" faz ver, isto é, informa e ilumina múltiplas interpretações sobre a história e os fenômenos sociais e políticos contemporâneos na América Latina, em especial no Brasil. É o que poderá ser observado na construção simbólica da noção em destaque pelo discurso da Folha de S.Paulo.

A construção simbólica do "populismo" na Folha de S.Paulo

No raiar da década de 1990, as restrições externas advindas do pagamento da dívida junto ao sistema financeiro internacional engendraram um quadro recessivo no Brasil, pois inviabilizavam a estratégia de desenvolvimento sustentada em certas bases protecionistas. Direta ou indiretamente, o recrudescimento da inflação e da instabilidade social e econômica associavam-se à crise da dívida externa. Por outro lado, com sua apologia do mercado e da eficiência da empresa privada, o neoliberalismo, como ainda hoje, hegemonizava a cena político-ideológica (Boito Jr., 1999). O combate à inflação, o equacionamento da dívida e as reformas orientadas para o mercado configuravam, desse modo,

alguns dos temas mais expressivos do pleito eleitoral de 1994.

Logo, num cenário nacional marcado por uma grave crise financeira do Estado e por longos anos de espiral inflacionária – articulado ainda a uma cena mundial envolvida com o aprofundamento das relações capitalistas e com importantes inovações tecnológicas –, a Folha afirmava que o "populismo" não tinha mais espaço para responder a esses dilemas e aos imperativos da "modernização" neoliberal globalizante. O "estatismo", o "nacionalismo" e o "protecionismo" deveriam ser superados e, com isso, o "populismo" nada mais representava do que o símbolo de um mundo identificado com o passado. Isto é, um "obstáculo" que deveria ser varrido das práticas e metas dos diferentes atores do espectro político-partidário. É o que se pode demonstrar com as passagens do editorial intitulado "Cassino emergente", publicado em abril de 1994, que desenvolvia argumentação em torno da estratégia de desenvolvimento nacional.

> Desde o início dos anos 90, os países em desenvolvimento têm sido beneficiados por uma nova onda de entrada de capitais. Nos mercados internacionais, essa onda deu origem a uma denominação bastante estimulante: tais economias passaram a ser conhecidas como 'mercados emergentes'. Em muitos casos houve razões para reencontrar o otimismo. Na América Latina, os ajustes feitos pelo Chile, México e Argentina mostraram que o populismo e o protecionismo podiam ser rompidos. Liberalização comercial, privatização, ajuste fiscal e reformas monetárias bem-sucedidas, (...), [as] evidências foram se acumulando (...). [Iniciava-se] uma nova era (...). (Folha de S.Paulo, 24/04/1994:1-2.)

As passagens deste editorial ilustram um significativo componente que caracterizou a construção simbólica do signo "populismo", no ano de 1994. Representava uma "barreira" ao que o jornal considerava como inexorável: a "modernização" via reformas pró-mercado. O "populismo" encarnava, neste discurso, uma expressão político-econômica arcaica, localizada, no cenário político, em uma posição antagônica às chamadas medidas racionais, responsáveis e corajosas demandadas pelo esforço de "modernização nacional". Sem desvalorizar outros usos e significados, pode-se afirmar, no entanto, que esse foi o seu significado forte e constante. Em termos de apoio político-eleitoral,

desnecessário alongar a afirmação que se segue: o então candidato do Partido da Social Democracia Brasileira, Fernando Henrique Cardoso, foi alçado, no discurso do jornal, ao posto de delegado do pólo antagônico ao "populismo", devido ao que se considerava a racionalidade e a responsabilidade de sua candidatura.

Entre 1994 e 2004, múltiplos fenômenos e problemas ocorreram e cresceram no país: taxas pífias de crescimento (de uma das dez maiores economias do mundo, em 1994, o Brasil ocupava, em 2004, o 15º lugar no ranking mundial dos PIBs); aumento do desemprego, acompanhado de um crescimento vertiginoso do trabalho informal, beirando a casa dos 40% da população economicamente ativa, em 2003; fortalecimento do destino de expressivas parcelas da renda nacional para o exterior, com o fim de "honrar" compromissos com o sistema financeiro, o que demonstram as estimativas do Dieese sobre o aumento das dívidas externa (de algo em torno de 150 bilhões de dólares, em 1994, para o montante de 215 bilhões de dólares, em abril de 2004) e líquida do setor público (de R$ 109 bilhões, em 1994, para cerca de R$ 927 bilhões, em abril de 2004)[3]; redução dos investimentos do Estado em setores essenciais, para não comprometer os referidos compromissos, submetendo o povo brasileiro, inclusive, ao racionamento de energia elétrica (o amargo "apagão") e ao desespero nas filas dos hospitais públicos; "incorporação" de milhões de brasileiros às fileiras da pobreza e da miséria, engrossando o corpo de outros tantos já existentes em 1994; sistemática e estratégica precarização das condições de vida dos trabalhadores – via liberalização comercial, privatizações, terceirização, deterioração dos salários, desestímulo à produção (traduzido pelas altas taxas de juros), supressão de direitos trabalhistas e previdenciários etc.

Todavia, em que pesem esses e demais sinais do fracasso das políticas de corte liberal-conservador, a linha discursiva da Folha de S.Paulo não oferece, em 2004, mudanças significativas. Não transcende os limites deste paradigma. É claro, algumas nuances e uma percepção um pouco mais matizada podem ser identificadas nos diferentes espaços do jornal: uma redução da euforia com as reformas orientadas para o mercado, tão exaltadas em 1994, e críticas dirigidas às elevadas taxas de juros – que teimam em persistir ao longo desses anos de governos FHC e Lula. Em todo caso, não deixa de prevalecer o essencial das formas de percepção identificadas em 1994, como sugestivamente ilustra o editorial "Debate restrito", publicado em junho de 2004.

Abordando a angústia mensal criada em torno das reuniões do Banco Central para definir a taxa básica de juros, o editorial, por um lado, acena com uma crítica aos que entendem que qualquer projeto de desenvolvimento que venha a ser delineado pelo governo Lula possa suscitar o "risco do atraso estatizante do populismo". Por outro, indica um posicionamento ideológico que se aproxima da chamada "terceira via", hoje destituída da badalação de meados dos anos 1990:

> (...) O colapso do modelo de desenvolvimento calcado na iniciativa do Estado e o subseqüente triunfo da agenda liberalizante ainda é um divisor de águas (...). Não há dúvida de que a experiência liberal, com todos os problemas, trouxe notáveis avanços, como a estabilização da moeda e a correção de distorções herdadas do período de economia fechada. É inegável, todavia, que os mercados por si só não se mostram capazes de coordenar o crescimento (...) não se trata de ressuscitar o Estado-empresário, cuja ineficiência já foi demonstrada, mas de recuperar o Estado que planeja e procura coordenar ações (...) (Folha de S.Paulo, 02/06/2004: A2.)[4]

Eleições de 1994: o candidato Luiz Inácio nas páginas da Folha

As idéias e propostas defendidas pelo candidato do Partido dos Trabalhadores nas eleições de 1994, como a oposição aos cânones neoliberais e a defesa da criação de mecanismos políticos que estimulem maior participação popular no processo decisório, eram consideradas pela Folha uma expressão do atraso, da irracionalidade e da irresponsabilidade "populistas". Suas ações e aspirações de campanha revelavam, precisamente, um perfil político impróprio, na ótica do jornal, para ocupar a presidência da República, devido a uma postura desfavorável aos preceitos contidos na agenda liberal. Uma imagem que se distancia sobremaneira dos princípios políticos que têm orientado seu atual governo. Se levarmos em conta, entre outras, a afirmação feita, no início do governo Luiz Inácio, pelo então presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha (PT) – recentemente acusado de ter recebido uma *mesadinha* junto ao esquema do "mensalão" –, que o PT anteriormente fazia oposição apenas para chegar ao poder, torna-se um tanto difícil registrar se a identidade "ameaçadora" cons-

truída pela Folha correspondia objetiva e, talvez, minimamente, à realidade. Elucubração à parte, reproduz-se passagens de uma matéria do cotidiano, que aborda o fantasma do "populismo" representado pelo candidato do PT.

Publicada em 3 de julho de 1994, a matéria discutia a polarização política estabelecida entre as candidaturas FHC (PSDB), de um lado, e Lula (PT), Brizola (PDT) e Quércia (PMDB), de outro. Ela trazia o seguinte título: "Os dois lados da moeda – o real divide a sucessão e traz à tona o debate sobre a adesão do país ao Consenso de Washington"[5]. Ademais, a matéria ilustra, explicitamente, a estreita interação existente entre o discurso que atravessa o noticiário político e econômico cotidiano e as análises de articulistas específicos, particularmente os afinados com a cantilena "muderna" do tucanato.

> O real, que desde sexta-feira rege o cotidiano dos brasileiros, é o primeiro passo para estabilizar a economia e viabilizar a retomada do desenvolvimento do país, integrando a massa de miseráveis e desempregados (...)? Ou, pelo contrário, a nova moeda é o (...) embrião de um processo de radicalização do apartheid social que divide o país em dois mundos? (...) Do lado do real está o senador (...) Cardoso (...). Do outro, estão os seus adversários, (...) Lula, (...) Quércia (...) e (...) Brizola (...). Une os três últimos a avaliação comum de que a nova moeda representa, mais do que a materialização de um plano eleitoreiro, algo muito mais profundo – o início da submissão do Brasil ao chamado Consenso de Washington (...). Não há entre os ideólogos de Lula, Quércia e Brizola um que não veja na figura de Fernando Henrique a encarnação do Consenso de Washington entre nós. Pior que isso. Para PT, PMDB e PDT, o resultado lógico desse caminho (...) é o aprofundamento do apartheid social no país (...). Diante de tais críticas, a resposta pelo lado do PSDB (...) 'Trata-se de uma grande sacanagem', diz o economista (...) Bresser Pereira, coordenador financeiro da campanha de Fernando Henrique, 'confundir o projeto do PSDB para o país com as teses chanceladas pelo Consenso de Washington'. Segundo Bresser, PT, PMDB e PDT representam matizes diferenciadas de um mesmo 'populismo arcaico'. Todos os três estariam amarrados a uma concepção de Estado nacional-desenvolvimentista que está historicamente esgotada (...). Adotada em mais de 60 países do mundo inteiro,

> a bula de Washington se transformou no verdadeiro esperanto da economia contemporânea. Fugir dela, tentar escapar a esse destino (...) talvez signifique cair na rota da 'africanização', da exclusão definitiva do país do quadro do capitalismo. Este é o ponto que transcende as candidaturas FHC e Lula e as reduz a tentativas ilusórias de vencer a barreira do apartheid (...) o enorme dispêndio de energia de cada um que se põe a discutir as opções entre Lula e FHC talvez não passe de um esforço vão,(...), uma ilusão necessária para driblar o desconforto causado pela idéia de que estamos apenas no início de um processo inexorável (...). (Folha de S.Paulo, 03/07/1994:A4.)

Estas passagens são bastante expressivas. Contribuem para o elucidamento tanto do referencial ideológico que norteia o jornal, quanto para o tipo de apropriação do signo "populismo". Em primeiro lugar, o neoliberalismo constitui-se em evidente orientação interpretativa para a análise dos dilemas brasileiros. Em segundo lugar, o uso das declarações do renomado economista Bresser Pereira, tucano de proa e freqüente produtor de artigos para o jornal, consiste em uma espécie de narração co-presente, isto é, serve ao propósito de legitimação acadêmico/científica ("técnica" e "racional") tanto para a depreciação e a generalização dos opositores, "populistas", de FHC, quanto para as argumentações conclusivas do autor da matéria. Terceiro: o "populismo" aparece como um oportuno dispositivo simbólico para a desqualificação das candidaturas – a de Lula, especialmente – contrárias ao plano de estabilização monetária, o real, engendrado por Cardoso, e às políticas "modernizantes" favoráveis ao mercado. Portanto, uma expressão política arcaica, esgotada. Por último, saliente-se as afirmações conclusivas da matéria. Argumenta-se que os problemas e soluções para o país são comuns, independente das posturas políticas dos candidatos. Sendo assim, se deduz que, se fosse para aplicar as receitas neoliberais, supostamente inescapáveis a qualquer candidato, melhor que o eleitor optasse por aquele que já tinha participado de sua introdução (no caso, FHC). A "interpelação" dirigida ao leitor (Althusser, 1998) e a "generalização" (Laclau, 2002) dos "males" a serem produzidos pelos "irrealistas populistas", ambas materializadas em argumentos dramáticos, são claramente operadas pelo jornal.

Derrotado no 1º turno das eleições, o candidato petista concorreria a mais uma eleição presidencial, em 1998, antes de ser consagrado nas urnas em 2002.

Alguns verões se passaram no intervalo de 1994 a 2004, e uma nova identidade de Lula emerge recentemente; diferente, no tocante ao colorido político e ideológico, da que lhe fora construída pelo jornal há dez anos.

Segundo ano de mandato, em 2004: o presidente Luiz Inácio nas páginas da Folha

Segundo ano de mandato, drasticamente atenuados os receios dos porta-vozes da especulação financeira e do capital oligopolista, superada e desestimulada a euforia popular, o governo de Luiz Inácio adota a prática da rotinização do gerenciamento das linhas políticas básicas de seu antecessor. Mantém as taxas de juros elevadas e não adota qualquer medida substancial de reorientação do eixo da política econômica, preservando a ênfase no universo financeiro. Conserva e aprofunda, mormente no plano retórico, o assistencialismo – convertido há alguns anos no singelo eufemismo "políticas compensatórias" – tão ao gosto da experiência tucana de governo e das recomendações do Banco Mundial, com o propalado Fome Zero. Promoveu a reforma da previdência do setor público, que mesmo o governo Cardoso não teve a iniciativa, ou a habilidade, se preferirem, de realizá-la. Firmou acordos junto ao FMI que só conseguem arrancar elogios de uma minoria financista parasitária, e de seus empedernidos defensores, que sobrevive às custas do desespero e da agonia dos que vivem ou tentam viver da atividade produtiva – como as dezenas de milhões de trabalhadores com ou sem direitos trabalhistas formais, na cidade e no campo, e estratos empresariais importantes, micros, pequenos e médios etc. A decisão tomada pelo Ministério da Fazenda junto ao FMI, de elevar o superávit primário para o pagamento dos juros da dívida, refletiu bem a preocupação em criar um ambiente internacional favorável ao governo (Valter Duarte, 2003). A plutocracia nacional e forânea agradecem.

As ações empreendidas por Luiz Inácio mesmo antes da posse no cargo, como a divulgação do nome de seu ministro da Fazenda, Antonio Palocci, nos EUA, após um encontro com George Bush, possivelmente causaram as primeiras sensações de estranheza ao público, pois o então candidato eleito afirmara insistentemente que não iria divulgar, tão cedo, os nomes de sua equipe ministerial.

A perplexidade de diversos setores com as ações de Luiz Inácio e do PT só tem aumentado desde as eleições de 2002. Foi ainda agravada com as atuais e seriíssimas denúncias de corrupção do governo – que podem, inclusive,

formalmente, levá-lo a sua dissolução[6] –, envolvendo, entre outros, financiamentos ilícitos de campanhas eleitorais, suborno de parlamentares, desvio de dinheiro público e favorecimento de empresas, "amigas", em licitações públicas. À direita e à esquerda do espectro político, indivíduos e grupos, interessados ou não pelos jogos e embates da Política, surpresos, deparam-se com uma mudança drástica na retórica e nas práticas, antes respeitadas pela sociedade, apresentadas pelo presidente e por seu partido. O que ontem não servia, o que era visto como símbolo de imoralidade, assistencialismo e conservadorismo, em grande parte até o período de aquecimento da corrida eleitoral de 2002, é, por ora, justificado pelas cúpulas governamental e do PT como "responsável pela construção dos caminhos da governabilidade e necessário para a obtenção do desenvolvimento sustentado". "Fizemos o dever de casa", têm se afirmado. Uma liderança e um partido historicamente envolvidos por um manto popular-democrático, devido à trajetória pessoal de Lula, filho da pobreza e ex-operário, e a algumas idéias e propostas que flertavam com o nacionalismo de corte popular e com o socialismo, converteram-se em quê?

Para uns, Lula e o PT nada mais fizeram do que confirmar um componente arraigado no imaginário popular, o qual considera que "político é tudo igual", pulando a cerca ao atingir o poder. Outros, entendem que os atores em tela evoluíram e modernizaram-se no sentido de uma esquerda responsável, em consonância com as novas experiências sociais-democráticas européias ("terceira via"). Algumas vozes consideram o resultado de uma cooptação pelo bloco de poder. Também figuram no leque de explicações ponderações que, como fonte para a crítica a Lula e ao PT, enfatizam as raízes sociais da formação partidária – paulistocêntrica, composta por operários de empresas multinacionais e apoiada por uma intelectualidade, particularmente a uspiana, avessa às históricas e democráticas bandeiras do nacionalismo trabalhista (Gomes, 2003; Vasconcellos, 2005).

Seja qual for a razão aventada para as mudanças ocorridas, o que fica patente é a conversão de Luiz Inácio e de seu partido numa expressão política que possui, atualmente, como principal traço característico a ânsia vazia pelo poder. Aliás, considerando o rumo que as coisas têm tomado, não deixa de ser plausível a hipótese de que tal conversão seja meramente ilusória; levando em conta, por exemplo, a espantosa afirmação feita pelo cientista político César Benjamin no programa Canal Livre, da Rede Bandeirantes, exibido em 31/07/2005: Benjamin, que foi um dos coordenadores da campanha de Lula na eleição presidencial de 1989, afirmou que, após uma reunião ocorrida na

Rede Globo, da qual não participou, realizada alguns dias depois da famosa edição do debate no 2º turno eleitoral entre Lula e Fernando Collor, Lula lhe informou que "derrubou umas garrafas de uísque" e não questionou a direção da Globo, porque "não queria brigar com ela". Ressalte-se que a Rede Globo é o principal conglomerado do setor midiático do país e favoreceu a Collor na edição posterior ao debate. Luiz Inácio e o Partido dos Trabalhadores não são mais, como os notórios nacionalistas trabalhistas Leonel Brizola e Darcy Ribeiro diziam, "a esquerda que a direita gosta". São a própria direita!

Dessa forma, artífices de um enorme e patético engodo político-eleitoral, Lula e o PT não possuem qualquer projeto voltado à saída do quadro social e econômico deprimente que assola a comunidade nacional, como anos a fio insinuado possuir.

Em parte, esta é a teia política que enreda os textos e as edições da Folha de S.Paulo, de 2004, submetidos à análise: de saudações a críticas contundentes, passando por questionamentos pontuais, nos diferentes marcos normativos do jornal vê-se a concordância com um fenômeno básico – há um novo Lula. Atendo-nos particularmente aos editoriais e ao noticiário cotidiano, isto é, ao formal olhar do jornal, percebe-se com nitidez que o Lula presidente não guarda mais nenhum traço do "impróprio, irrealista e arcaico populista" de anos atrás. É claro, como sublinhado anteriormente, críticas aqui e acolá sobre as ações do seu governo são freqüentes, como o eram em relação ao ex-presidente Cardoso[7]. No entanto, as críticas destinadas ao presidente Lula são orientadas especial e majoritariamente por questões relativamente pontuais, apesar de, por vezes, identificar-se uma determinada eloqüência. Ou seja, as críticas tecidas pela Folha correspondem a gestos e ações do governo que se restringem ao interior do marco ideológico prevalecente no discurso do jornal; não se referem, assim, a ações que transcendam ou entrem ostensivamente em choque com a sua linha editorial, pois inexistentes.

Uma advertência necessária: a Folha foi o primeiro poderoso veículo de comunicação a abrir espaço, com destaque, para as graves denúncias de corrupção do governo Lula, através de uma entrevista realizada com o deputado federal Roberto Jefferson, em junho deste ano. Em que pese este fato, de relevo, sem dúvida, mas que talvez se explique pelo espírito tucano da Folha, afirmamos que há uma íntima convergência ideológica entre a linha editorial do jornal e o governo Lula, no ano de 2004, em função das ações de teor liberal-conservador seguidas pelo "príncipe operário".

Responsabilidade e bom senso com o respeito a algumas diretrizes econô-

micas básicas consolidadas pelos dois governos Cardoso, a preocupação em conservar a estabilidade monetária e em não afugentar os "capitais": abertamente ou nas sombras, essas questões compõem as avaliações positivas do jornal, em 2004, sobre o governo Lula. Críticas à demagogia derivada de um "populismo retórico e publicitário" também integram o conjunto da percepção da Folha, como ilustra a notícia "Pinto no lixo", que trata da interrupção da queda na avaliação do desempenho do governo: "Para reforçar o máximo possível o repique nas pesquisas, o marqueteiro Duda Mendonça defende que Lula faça um pronunciamento em rede nacional (...). Até lá, mais populismo." (Folha de S.Paulo, 09/08/2004:A6.)

Entretanto, na representação simbólica do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o que tende a prevalecer é a identificação, curiosa, diga-se, de um significativo conservadorismo. É lícito argumentar, com efeito, que o "populista" de 1994 – cuja identidade, construída pelo jornal, orientava-se na direção contrária à da "modernização" do País (devido ao que se considerava suas concepções nacionalistas e estatizantes) – convertera-se, em 2004, segundo o jornal, à ortodoxia liberal. Perdeu a identidade "ameaçadora" e ganhou outra, extremamente "palatável". Isso se traduz, inclusive, nos usos do signo "populismo" que se encontram nas diferentes seções do jornal para classificar as ações e propostas de Lula: se em 1994 prevalecia como recurso estigmático um "populismo" associado a símbolos como a "irresponsabilidade política", a "irracionalidade", o "estatismo", a "gastança pública" e o "caos", implicando numa crítica notadamente conservadora, em 2004 prevalece uma representação do "populismo lulista" vinculado às idéias de "demagogia eleitoral" e "emotividade" (que, geralmente, em seu modo de articulação nos textos da Folha, nada revelam que não possa ser atribuído a uma medida ou gesto adotados, ontem e hoje, por diferentes políticos representativos da ordem).

Independentemente dessas distinções nas formas de percepção concernentes a Luiz Inácio, se observarmos atentamente a mutação identitária sofrida pelo presidente no discurso da Folha, pode-se afirmar o seguinte: na ótica do jornal, que o presidente Lula não tenha enveredado pelos "caminhos turbulentos do populismo esquerdizante, dos males o menor". A política econômica brasileira estaria a requerer, pois, acertos e ajustes, com base em alguns preceitos e ações político-econômicas que têm prevalecido há anos. Isso é o que o governo Lula "deve fazer", como poderá ser observado a partir da reprodução de passagens de dois textos.

Abordando as dificuldades sofridas pelo país, o editorial "República rentis-

ta", publicado em fevereiro de 2004, afirmava a ortodoxia de Lula e, simultânea e obscuramente, a posição política do jornal.

> A despeito da relativa estagnação da economia, o setor público conseguiu ultrapassar no ano passado a meta de superávit primário acertada com o FMI, de 4,25% do PIB (...). A clássica fórmula de cortar despesas e elevar receitas comandou as ações governamentais (...) o aumento da dívida pública (...) chegou a R$ 913 bilhões ao final do ano passado, representando 58,2% do PIB. Houve, no entanto, uma ligeira melhora em seu perfil, com alongamento dos prazos e aumento da participação de títulos pré-fixados (...). É como se o país estivesse se transformando numa espécie de "república de rentistas" (...) uma realidade na qual a produção, relegada ao segundo plano, deu lugar à ciranda financeira (...). Não se trata, obviamente, de defender políticas irresponsáveis e populistas de ampliação de gastos públicos, tampouco de clamar por medidas que coloquem em risco a credibilidade do país (...). [Todavia] lamentavelmente, uma vez no poder, o presidente limitou-se a afiançar uma política econômica que nada mais tem feito do que repetir - e até mesmo agravar - os erros e problemas que deveria corrigir. (Folha de S.Paulo, 01/02/2004:A2.)

Dois componentes discursivos do presente editorial podem ser destacados: 1. o agora radical "antipopulista", Lula, é criticado por perpetuar uma política econômica que somente privilegia o setor financeiro; 2. se o que é classificado como "populismo" é rejeitado, pois "perigoso, irracional e irresponsável", qual seria a alternativa política a ele e à ortodoxia de Lula? Ao que parece, o discurso da Folha reivindica um caminho "intermediário" (uma "terceira via", decerto...), um passo à frente nas "apropriadas e funcionais" medidas de "modernização" do país introduzidas por FHC.

Contudo, no segundo semestre, em que emergiu uma expectativa, amplamente difundida pela mídia, de retomada da capacidade produtiva da economia, o editorial "Mudar o CMN e o BC", discorre tanto acerca das mudanças de Lula, consideradas positivas, quanto a respeito dos ajustes que deveriam ser feitos na política econômica.

> É bem-vinda a disposição do presidente Lula (...) de ampliar a

> composição do CMN (Conselho Monetário Nacional), órgão que tem, entre outras atribuições, a de fixar as metas de inflação a serem perseguidas pelo Banco Central e autorizar a abertura de instituições financeiras. O CMN (...) está hoje reduzido aos ministros da Fazenda, do Planejamento e ao presidente do BC. (...) No âmbito de um CMN ampliado e revitalizado, talvez as metas de inflação fixadas para 2005 e 2006[8] tivessem sido menos ambiciosas, permitindo uma política monetária que, sem fugir à indispensável responsabilidade, se mostrasse mais compatível com os anseios do setor produtivo. O governo do presidente Lula corretamente evitou a tentação de soluções mágicas e deixou para trás as propostas populistas que um dia o PT pregou. Com o reaquecimento da economia, passada a fase mais dura do ajuste antiinflacionário, já é possível começar a aperfeiçoar os fóruns e instrumentos de que se serve a política econômica. Uma recomposição do CMN de modo a torná-lo mais atento às necessidades da chamada "economia real" é um passo nesse sentido (...). (Folha de S.Paulo, 14/09/2004:A2.)

Discorrendo sobre outro assunto, relativo à política externa, vale também salientar o editorial "A crise de Chávez", que em muito contribui para clarear a "mutação" identitária de Lula. Tratando da cisão política na Venezuela, segundo o jornal, "estimulada pelo intempestivo populista Hugo Chávez", o editorial elogiava, por outro lado, uma medida tomada pelo governo brasileiro.

> O presidente (...) Lula (...) abreviou sua permanência na Venezuela. A decisão poderia ser interpretada como uma tentativa de evitar a consolidação da imagem de que o governo petista estaria inclinado a formar com o líder cubano Fidel Castro e o venezuelano (...) Chávez um eixo anti-Washington na América Latina. Se correta a interpretação, ela marca um momento de bom senso da diplomacia brasileira, que nada teria a ganhar com esse tipo de alinhamento (...). (Folha de S.Paulo, 28/02/2004: A2.)

Hugo Chávez é, sem dúvida, um dos personagens mais recorrentes a que se têm atribuído o estereótipo de "populista" pelo jornal – no caso, para o que nos interessa em especial, nas edições de 2004 – mormente por sua relação com

amplos estratos populares, seu antiimperialismo e seu nacionalismo econômico. Abordagens referentes a Chávez apoiadas num *approach* explicitamente crítico e conservador são comuns nas páginas da Folha há anos. Como Lula guardava determinadas afinidades pessoais e políticas com Chávez, e também com Fidel Castro[9], assim como, ainda no âmbito das relações externas, o seu governo andou tecendo algumas críticas e entrando em certos atritos com o governo dos EUA, principalmente em 2003, a política externa brasileira superficialmente destoava do ferrenho respeito apresentado, internamente, à "lógica do mercado"[10].

De acordo com a análise de Hall (2004:23-46), toda e qualquer identidade é construída através da nomeação de um, ou mais, elemento(s) de diferenciação. Ou seja, o "outro", a "diferença", propicia tanto um significado quanto uma identidade aos indivíduos, grupos e expressões ideológicas. Nesse sentido, pode-se argumentar que o editorial acima reproduzido, ao assinalar e saudar o distanciamento de Lula em relação a Chávez e Castro, lhe constrói, simbolicamente, uma identidade "sensata" – consoante aos preceitos que guiam a política interna. Tal "diferença", especificamente frente a Chávez, pode ser, novamente, percebida nas passagens do próximo texto reproduzido do noticiário.

Este texto refere-se ao caso da expulsão de um jornalista norte-americano, por ter ofendido a integridade pessoal do presidente da República. A decisão do governo foi tomada em represália à reportagem publicada na edição do dia 9 de maio do New York Times, sobre uma suposta preferência do presidente Lula às bebidas alcoólicas. Sob o título "Lula expulsa", a Folha ao mesmo tempo em que critica a decisão – a partir do uso de um chavão acerca do "populismo", o autoritarismo –, frisa os esforços empreendidos por nosso personagem em distanciar-se do "outro", Hugo Chávez: "(...) Depois de um ano e meio se afastando de figuras como Hugo Chávez e demais populistas pouco afeitos à democracia, de uma canetada se igualou a eles todos"[11]. (Folha de S.Paulo, 12/05/2004: A8.)

Por fim, uma vez mais acerca da identidade política construída sobre, e pelo próprio, Luiz Inácio, agora a partir não do "outro", mas possivelmente de um "afim" ideológico, ou algo mais do que isso, talvez valha observar algumas palavras do secretário-geral da Organização dos Estados Americanos – OEA, Miguel Angel Rodríguez, tecidas a seu respeito. Empossado no comando da OEA em setembro de 2004 (e renunciando pouco depois ao cargo, em outubro do mesmo ano, em função de denúncias de envolvimen-

to com práticas de corrupção em seu país), o ex-presidente da Costa Rica, Rodríguez, é descrito e exaltado pela matéria como "pró-mercado". Assim, suas observações também ajudam a iluminar, por meio da afinidade político-ideológica apresentada, o atual posicionamento político de Luiz Inácio.

> Rodríguez afirma que o presidente brasileiro,(...), representa um 'modelo extraordinário' para toda a região: 'Lula demonstra que é possível ter uma posição de solidariedade com os mais oprimidos e, ao mesmo tempo, manter uma grande responsabilidade fiscal e políticas econômicas que não descambem para o populismo.' (Folha de S.Paulo, "OEA faz cortes e busca estrutura 'realista'", 19/09/2004, A-24.)

Considerações finais

Considerando a representação simbólica de Luiz Inácio na Folha de S.Paulo, é possível afirmar que o antigo líder esquerdista classificado como impróprio – "populista" – em 1994, foi convertido numa expressão política bastante "palatável" em 2004. As mudanças (reais ou virtuais, pouco importa) ocorridas com o atual presidente da República refletem-se em seu substantivo alinhamento em face da conservadora agenda econômica e da visão liberal sobre a democracia expressas pelo jornal. Percebe-se, com efeito, um nítido deslocamento do anteriormente reconhecido líder popular-democrático ao campo liberal-conservador. O que tende a engendrar um aprofundamento do, já amplo, descrédito no seio do povo brasileiro com a débil democracia existente no país. O regozijo das forças sociais hegemônicas mal consegue ser mascarado.

Ademais, para além da conversão identitária de Luiz Inácio, cumpre tecer uma última observação acerca de três instituições, pertencentes ao bloco de poder nacional, que nos serviram, direta e indiretamente, como fonte de reflexão: o PT, o PSDB e a Folha. O PT e o PSDB, nascidos e profundamente imersos nos horizontes políticos e ideológicos de São Paulo, estado intelectual e economicamente voltado para o exterior há mais de um século, demonstram serem partidos que representam duas faces de uma mesma moeda alienígena: o PSDB a face dos gerentes do capital internacional no país, e o PT a dos trabalhadores do seu chão de fábrica (Vasconcelos, 2005). Hegemonizando como estão a arena político-partidária há uma década, suas idéias e propostas encontram-se também em franca sintonia com a antinacional linha discursiva do mais influente jornal do país, a Folha de S.Paulo. Desse modo, não é difícil afirmar que a democracia brasileira, debilmente apoiada como está na estabilidade do compromisso entre os "de cima", anda muito mal das pernas com os representantes e "ouvidos"

prevalecentes, que põem à margem de suas preocupações os anseios do povo brasileiro e os dilemas da questão nacional. E isto afirmo ciente do risco de ser chamado de "populista".

Notas

1. Muito esquematicamente, por campo popular-democrático refiro-me a um espectro político envolvido, historicamente, com os valores que seguem: o nacionalismo econômico, o antiimperialismo, a proteção aos direitos dos trabalhadores e a defesa da participação das classes populares no processo decisório nacional. Quanto ao campo liberal-conservador, hoje travestido sob a capa neoliberal, refiro-me à defesa, histórica, dos interesses da plutocracia nacional e estrangeira, a um posicionamento político subalterno aos cânones produzidos pelos países capitalistas centrais e à conservação do povo brasileiro à margem das decisões que afetam o país.
2. Emprego a categoria ideologia com base em alguns aspectos das perspectivas teóricas de Louis Althusser e Ernesto Laclau. Considero-a detentora de dois componentes básicos de estruturação: a "interpelação" do indivíduo e a "generalização", presentes em qualquer manifestação ideológica, seja dos setores dominantes, seja dos subalternos. Para os fins do artigo, interessa a expressão dominante; e faz-se abaixo uma rápida instrumentalização das fontes conceituais. Segundo Althusser (1998), a ideologia, por meio das práticas e rituais inscritos em aparelhos ideológicos, "interpela" os indivíduos – convoca-os, chama-os para a adoção de comportamentos determinados – com o fim de transformá-los em "sujeitos" de suas normas, rituais e crenças. De acordo com Laclau (2002), as idéias, símbolos ou propostas devem preencher, num dado discurso ideológico, uma função muito mais ampla do que a sua natureza ou espaço próprios de origem, implicando em sua incapacidade de realização. A ideologia caracteriza-se, assim, por "generalizações" provenientes da referência a elementos particulares.
3. Isso após uma série de privatizações, louvadas como fonte para a resolução da crise da dívida. Ver Dieese, Estudos e pesquisas, "Dez anos do real", ano 1, nº 1, jun/2004.
4. A recente nuance da linha editorial da Folha – comparada à glorificação das reformas neoliberais, em 1994 –, traduz-se numa suposta "terceira via", aproximando-se, em muito, das argumentações tucanas. Parece-nos lícito afirmar que essa linha editorial pró "terceira via" configura, para usar definição dada por Bresser Pereira, uma visão "social-liberal" ou "social-democrática pragmática". Localizando esta posição político-ideológica numa espécie de linha contínua do universo ideológico, de acordo com a reflexão do mesmo autor, pode-se argumentar, nos quadros deste paradigma específico, que o jornal se encontra num suposto caminho intermediário entre a direita, representada pela ortodoxia liberal, e a esquerda, encarnada pelo "populismo". Ensaiamos essa observação acerca do presente posicionamento da Folha em função de sua estreita afinidade política com a perspectiva de expressivos personagens tucanos do governo FHC, como Bresser Pereira, que também é colaborador assíduo do jornal e, outrossim, propugna essa "alternativa" e "divisão" do espectro ideológico. As afinidades entre a Folha e as idéias do referido personagem eram já claras em 1994. Ver Bresser Pereira (1999). Sem o menor intuito de aprofundar uma reflexão sobre a chamada terceira via, algumas palavras, contudo, são necessárias. Tendo por referencial análises realizadas por seu mais destacado intérprete, Anthony Giddens (1996 e 1999), muito esquematicamente, pode ser caracterizada por uma profunda crítica ao papel intervencionista do Estado na economia – diretamente produtor de bens, maquinários e serviços. Indicações de ineficiência da atuação do Estado e de uma

burocratização excessiva na esfera econômica são recorrentes em sua abordagem. Críticas ao socialismo e à social-democracia européia do estado de bem-estar são o seu resultado direto (no Brasil e na América Latina, em geral, o socialismo e o modelo social-democrático em questão têm sido embalados, com todos os matizes possíveis e em graus diversos, pelo depreciativo rótulo de "populismo", como bem se vê nas análises da Folha e de Bresser Pereira). No que tange à ortodoxia liberal, é questionada sua valorização extremada da iniciativa privada e sua falta de preocupação com alguns direitos coletivos.

Entretanto, observo que, levando em consideração a autoproclamada "terceira via" dos dois governos FHC, a incorporação teórica e prática destas teses sobre o papel do Estado é extremamente problemática, em particular em países periféricos; prestando-se tanto a naturalizar a condição de exportadores de renda para o centro do capitalismo, quanto a promover a deterioração da já precária soberania e vida social das nações subalternas. Ademais, com base em leituras livres de Immanuel Wallerstein (2002) e Slavoj Zizek (2003:135), é possível argumentar que, politicamente, a "terceira via", em sua expressão brasileira, consiste numa via liberal que, por um lado, preconiza a administração, "racional e competente", dos problemas sociais, a partir do controle das classes populares (as "classes perigosas"), e, por outro, absolutiza o presente. Portanto, seus possíveis resultados práticos não ultrapassam os do tradicional marco liberal-conservador, ou de sua nova embalagem neoliberal.

5. O Consenso de Washington é uma expressão cunhada pelo economista John Williamson, no bojo de uma série de debates realizados em 1989 no International Institute for Economy, sediado em Washington. Constitui-se num símbolo das teses neoliberais, tais como: a desestatização, o ajuste fiscal, a liberalização comercial, a desregulação financeira e o controle inflacionário.

6. O que, pelo andar da carruagem, é pouco provável, em função da arquitetura de um "acordão", e devido a um grande e evidente desinteresse do bloco de poder, inclusive da mídia, na solução do *impeachment.*

7. Em todo caso, observo que, guardados os diferentes perfis pessoais de Lula e FHC, os períodos de produção dos textos analisados (1994, uma eleição, e 2004, o segundo ano de um governo) etc., críticas mais superficiais dirigidas a FHC, em 1994, do que a Lula em 2004 são registradas. Como exemplo, o rótulo de "populista" empregado para os gestos de campanha do então candidato do PSDB, por ter comido "buchada de bode", por ter posto um chapéu de couro sertanejo e por ter sentado num simpático eqüino utilizado no sertão nordestino, o jegue. Decerto, "críticas" que não depreciavam propostas ou ações propriamente políticas.

8. De 4,5%, com margens de tolerância de 2,5%, para 2005, e 2%, em 2006. Dados disponíveis em: http://www.fazenda.gov.br

9. O que foi demonstrado na especial atenção concedida a ambos na cerimônia de posse do cargo, em detrimento dos representantes dos países hegemônicos.

10. As críticas e os atritos com os EUA podem ser assim resumidos: a oposição à intervenção do governo norte-americano no Iraque; o problema envolvendo a entrada de brasileiros nos EUA, e norte-americanos no Brasil; e a sistemática rejeição à proposta dos EUA em manter os subsídios à agricultura em seu país e no conjunto dos países hegemônicos, rejeição esta explícita nos debates em torno da Área de Livre Comércio das Américas e nas negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio. Especialmente quanto a esta ação governamental, pela aparente contradição com ações já assinaladas, vale observar que ela sugeria algum traço nacionalista no governo Lula. Não obstante, levando em conta os interesses envolvidos, os da agroindústria nacional, e afirmações – marcadamente idealistas e apoiadas nos cânones prevalecentes – que questionavam as barreiras protecionistas e defendiam a criação de um

"comércio internacional livre e justo", o governo Lula apresentava um nacionalismo sim, mas de corte liberal-conservador – ou para usar uma feliz expressão cunhada por Boito Jr. (2003), um "nacionalismo de fazendeiro".

11. No mínimo curiosa a interpretação de autoritarismo oferecida pela Folha. O governo Chávez estimulou a introdução de uma das mais avançadas Cartas Constitucionais sul-americanas, como bem lembra o cientista político e ex-ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral (2004:106): "na Venezuela foi eleita uma constituinte originária, convocada e eleita exclusivamente para o processo constituinte, se autodissolvendo com a promulgação da Carta bolivariana, submetida a *referendum* popular. Ademais, trata-se de constituição que instaura no continente a democracia participativa, e inaugura institutos como a derrogação e a confirmação do mandato, de todos os mandatos, assim derrogando o mandato imperativo. E o inspirador dessa medida revolucionária foi o primeiro a ela submeter-se". Estranha a "pouca afeição" de Chávez pela democracia, que submete seu mandato ao referendum popular. Mais estranha, inclusive, se lembrarmos que todos os grandes meios de comunicação venezuelanos lhe fazem uma oposição encarniçada.

Referências bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

ALVES FILHO, Aluizio. A ideologia como ferramenta de trabalho e o discurso da mídia. In: *Comum*. Rio de Janeiro: FACHA, 15: 86-118, 2000.

_____. O noticiário da mídia e a "velhinha da motocicleta". In: *Alceu*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 3: 54-77, 2001.

AMARAL, Roberto et al. Mesa redonda – Hugo Chávez, a Venezuela e a integração sul-americana. In: *Comunicação & política*. Rio de Janeiro: CEBELA, 22: 91-119, 2004.

BOITO JR., Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.

_____. A reunião de Cancun e o nacionalismo de fazendeiro. In: *ALAI – America Latina em Movimento*, 29/09/2003. Disponível em: http://alainet.org/active/show_text_pt.php3?key=4662

BRESSER PEREIRA, L.C. A nova centro-esquerda. In: *Idéias e Debates.* Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 24, 1999.

DUARTE, Valter (2003). Neocorporativismo, FMI e o primeiro ano do governo Lula. In: *Achegas.net – Revista de Ciência Política.* Rio de Janeiro: 14, 2003. Disponível em: http://www.achegas.net

GIDDENS, Anthony. *Para além da esquerda e da direita*. São Paulo: Unesp, 1996. _____. *A terceira via*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GOMES, Mércio. Encanto e cautela com o PT. In: *Achegas.net – Revista de Ciência Política.* Rio de Janeiro: 10, 2003. Disponível em: http://www.achegas.net

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade.* 9ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
LACLAU, Ernesto. *Misticismo, retórica y política.* Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002.
VASCONCELOS, Gilberto Felisberto. *A jangada do Sul: Getúlio, Jango e Brizola.* São Paulo: Casa Amarela, 2005.
WALLERSTEIN, Immanuel. *O fim do mundo como o concebemos.* Rio de Janeiro: Revan, 2002.
ZIZEK, Slavoj et al. *Contingencia, hegemonia y universalidad.* Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 2003.

Resumo

Neste trabalho discuto certos aspectos concernentes à construção simbólica da *persona* de Luiz Inácio Lula da Silva, realizada pelo discurso da Folha de S.Paulo, tendo em vista indicar alguns traços relativos ao deslocamento de sua identidade política, do campo popular-democrático para o liberal-conservador.

Palavras-chave

Lula, Identidade Política, Folha de S.Paulo, Populismo, Conservadorismo.

Abstract

In this paper we discuss certain aspects concerning to the symbolic construction of Luiz Inácio Lula da Silva *persona* carried by the speech of Folha de S.Paulo journal, in view of indicating some traces related to his political identity displacement, from the popular democratic to the liberal conservative sphere.

Key-words

Lula, Political Identity, Folha de S.Paulo Journal, Populism, Conservatism.